

## PROJETOS E IDENTIDADES DE BRASIL: ■ 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA E 100 ANOS DA SEMANA DE ARTE MODERNA

### Duzentos anos de dependência e autocracia: a revolução burguesa segundo Florestan Fernandes

Cláudio Novaes Pinto Coelho<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-4450-5612

**Resumo:** O objetivo do artigo é refletir criticamente sobre as principais características da sociedade brasileira, mediante um diálogo com a visão de Florestan Fernandes a respeito do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou seja, da revolução burguesa. A principal referência do artigo é a obra *A revolução burguesa no Brasil*, mas serão utilizados também outros textos do autor, como *Nova república?* e *Notas sobre o fascismo na América Latina*. Pretende-se argumentar favoravelmente à atualidade do pensamento de Florestan Fernandes, devido à capacidade do autor trabalhar dialeticamente a realidade brasileira e, deste modo, contribuir para a compreensão da sua especificidade dentro do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. A ressaltar o abandono pela burguesia da revolução nacional-democrática, e seu vínculo com formas autocráticas (explícitas ou dissimuladas) de exercício do poder, os textos de Florestan Fernandes são uma grande contribuição para o entendimento da nossa contemporaneidade.

7

**Palavras-chave:** capitalismo dependente. revolução burguesa. autocracia burguesa. método dialético. Florestan Fernandes.

---

<sup>1</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. [claudionpcoelho@uol.com.br](mailto:claudionpcoelho@uol.com.br). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Possui Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Coordenador do Núcleo de Estudos Críticos da Contemporaneidade (NECC).

**Abstract:** The main proposal of this paper is to critically reflect on the main characteristics of Brazilian society, through a dialogue with Florestan Fernandes' vision regarding the historical process of the development of capitalism in Brazil, that is, the bourgeois revolution. The main reference of the paper is the work *A Revolução burguesa no Brasil*, but other texts by the author will also be used, such as *Nova República?* and *Notas sobre o fascismo na América Latina*. It is intended to argue in favor of the actuality of Florestan Fernandes' thinking, due to the author's ability to work dialectically with the Brazilian reality and, in this way, to contribute to the understanding of its specificity within the historical process of development of capitalism on a world scale. Emphasizing the bourgeoisie's abandonment of the national-democratic revolution, and its link with autocratic forms (explicit or disguised) of exercising power, the texts of Florestan Fernandes are a great contribution to the understanding of our contemporaneity.

8

---

**Keywords:** dependent capitalism. bourgeois revolution. bourgeois autocracy. dialectical method. Florestan Fernandes.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es reflexionar críticamente sobre las principales características de la sociedad brasileña, a través de un diálogo con la visión de Florestan Fernandes sobre el proceso histórico de desarrollo del capitalismo en Brasil, o sea, la revolución burguesa. La principal referencia del artículo es la obra *A Revolução burguesa no Brasil*, pero también se utilizarán otros textos del autor, como *Nova República?* y *Notas sobre o fascismo na América Latina*. Se pretende argumentar a favor de la actualidad del pensamiento de Florestan Fernandes, debido a la capacidad del autor de trabajar dialécticamente con la realidad brasileña y, de esa forma, contribuir a la comprensión de su especificidad dentro del proceso histórico de desarrollo del capitalismo a escala mundial. Al enfatizar el abandono de la revolución democrática nacional por parte de la burguesía y su vinculación con formas autocráticas (explícitas o disfrazadas) de ejercicio del poder, los textos de Florestan Fernandes son un gran aporte para la comprensión de nuestra contemporaneidad.

9

---

**Palabras clave:** capitalismo dependiente. revolución burguesa. autocracia burguesa. método dialéctico. Florestan Fernandes.

## Método Dialético e Revolução Burguesa em Florestan Fernandes

Em um momento como o atual, quando há uma retomada do questionamento de visões “eurocêntricas” sobre a realidade brasileira, é relevante chamarmos a atenção para a concepção de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa e sua capacidade de trabalhar dialeticamente as relações entre o universal, o particular e o singular. A revolução burguesa é entendida como um processo que é universal, trata-se do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, mas que só pode ser compreendido plenamente se forem levadas em consideração as suas características particulares, já que existem diferentes graus de desenvolvimento capitalista, e também os aspectos singulares, específicos a cada país.

Florestan Fernandes dá sequência à tradição marxista, presente em clássicos como Lênin e Trotsky, que entende que o modo de produção capitalista se desenvolve de maneira desigual e combinada. A efetiva compreensão do capitalismo está vinculada às investigações sobre as relações entre países capitalistas desenvolvidos (dominantes) e países subdesenvolvidos (dependentes), e como cada país vive a sua condição. A história da revolução burguesa no Brasil é, portanto, a história de como se dá aqui a condição de país capitalista dependente.

Nas palavras de Marx, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (1974, p.122). Florestan Fernandes buscou compreender concretamente como se dá o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, investigando as múltiplas determinações (universais, particulares e singulares) que caracterizam esse desenvolvimento. O livro *A revolução burguesa no Brasil* é uma obra que procura oferecer uma visão sintética desse desenvolvimento.

A “Independência”, que completa duzentos anos em 2022, é situada concretamente por Florestan Fernandes como um momento do processo histórico de transição do escravismo para o capitalismo, que se deu no século XIX. Nela se fez presente o componente estrutural da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, a combinação dialética entre arcaico e moderno. A “Independência” deu origem ao processo de construção de um Estado moderno no Brasil, sendo entendida por Florestan Fernandes como uma revolução política, com a transformação do estamento dos senhores de escravos no grupo politicamente dominante, ao mesmo tempo em que significou uma interiorização do império

colonial (processo iniciado com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808), não representando uma ruptura, mas sim uma continuidade das relações de produção escravistas e da situação, agora neocolonial, de dependência frente às potências economicamente dominantes, principalmente a Inglaterra:

Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como um processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estatuto jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1976, p.33).

Esteve presente, durante o século XIX no Brasil, uma outra constante da sociedade brasileira que é a tendência para o monopólio do poder estatal (autocracia) pelos grupos socialmente dominantes. A presença ideológica do liberalismo, durante o período imperial, estava vinculada ao monopólio do poder pelo estamento dominante (senhores de escravos), os únicos capazes de exercer a liberdade política. A construção do Estado nacional no Brasil foi marcada, desde o início, pela presença simultânea e contraditória do arcaico e do moderno, ou seja, pela permanência da dominação tradicional patrimonialista que acontece simultaneamente à construção de um Estado nacional legal-burocrático:

A estrutura do patrimonialismo permanecia a mesma, pois continuava a manter-se sobre a escravidão e a dominação tradicional. O aparecimento de um Estado nacional, a burocratização da dominação senhorial ao nível político e a expansão econômica subsequente à “Abertura dos Portos” colocavam em novas bases, contudo, as funções econômicas e sociais dos estamentos intermediários e superiores.[...] Como consequência natural da mudança das funções econômicas do “senhor rural”, o comércio de importação aumentava de importância, o mesmo sucedendo com os agentes humanos que detivessem o seu controle interno (FERNANDES, 1976, p.47 e p.48).

A partir do momento em que, com a ruptura do “pacto colonial”, os estamentos dominantes no Brasil assumem o controle das atividades comerciais, passa a se desenvolver uma contradição entre o patrimonialismo escravista e o desenvolvimento de uma ordem social competitiva baseada no capitalismo comercial. Se a combinação arcaico/moderno é uma constante na sociedade

brasileira, não quer dizer que ela esteja vinculada a uma sociedade estática, ela diz respeito a como se dá a historicidade específica (singular) da sociedade brasileira. O período imperial no Brasil, pensado de maneira dialética por Florestan Fernandes, é o período do desdobramento da contradição entre escravismo e capitalismo comercial, que resultou no fim da supremacia do modo de produção escravista. Neste período:

Uma parte da sociedade global destaca-se, nitidamente, das estruturas tradicionais preexistentes e passa a funcionar, também nitidamente, como o seu “setor livre”, e a única esfera na qual a “livre competição” podia alcançar alguma vigência. Assim, começa a formar-se sob condições e influxos sócio-econômicos adversos (por causa da persistência da escravidão e do patrimonialismo), uma área na qual o “sistema competitivo” pode coexistir e chocar-se com o “sistema estamental” (FERNANDES, 1976, p.48).

A substituição do escravismo pelo capitalismo comercial, no período histórico que vai, segundo Florestan Fernandes, das últimas décadas do século XIX até a primeira metade do século XX, significou uma revolução econômica, mas não uma revolução política (democrática), permaneceu o monopólio político dos grupos socialmente dominantes, assim como não ocorreu também uma revolução nacional, com a manutenção da dependência econômica diante dos países capitalistas desenvolvidos, tendo acontecido, apenas, durante o século XX, a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como a potência dominante.

Enquanto o Brasil, país subdesenvolvido e dependente, entrava no período do capitalismo comercial, os países capitalistas desenvolvidos e hegemônicos já haviam consolidado a sua revolução industrial e estavam no período do capitalismo monopolista, ou seja, na fase do imperialismo, da emergência de uma nova forma de colonialismo. De acordo com Lênin:

Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque, por um lado, o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial de posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado (LENINE, 1974, p.118).

A consolidação, no Brasil, do capitalismo comercial não significou uma diferenciação entre a burguesia e a aristocracia rural, com o estabelecimento de um conflito entre elas. Aqui se fez presente, mais uma vez, a articulação entre o arcaico e o moderno, já que, do ponto de vista socioeconômico, a burguesia brasileira surge como um desdobramento das atividades de exportação (baseadas no escravismo), e do acúmulo de capital gerado por ela. A República não significou uma revolução política, sendo caracterizada por Florestan Fernandes como:

[...] *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa.[...] Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976, p.209).

No período republicano, a ação contra a ocupação de espaços políticos pelos dominados possui:

[...] larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal dos sindicatos (FERNANDES, 1976, p.208).

## **Ditadura Militar e Autocracia Burguesa**

A ação das classes dominantes brasileiras, marcada pela persistência da mentalidade oligárquica, visando impedir que as classes dominadas ocupem um espaço político próprio, se consolida plenamente no mesmo momento em que a revolução burguesa se consolida plenamente, com a ditadura militar implementada em 1964.

O vínculo entre revolução burguesa e autocracia burguesa é uma condição particular de países marcados pelo capitalismo dependente, que os diferencia dos países capitalistas desenvolvidos. No capitalismo dependente:

[...] a Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se

concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia (FERNANDES, 1976, p.292).

No contexto brasileiro, a dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia atingiu grau máximo de intensidade durante a ditadura militar, cuja existência não pode ser compreendida separadamente da presença e desenvolvimento do capitalismo monopolista no país. Foi no período da ditadura militar que o processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, se efetivou plenamente. O início do capitalismo monopolista se deu, segundo Florestan Fernandes (1976, p.216), a partir da década de 1950. Ainda de acordo com o autor (1976, p. 215), o que caracteriza a fase monopolista do capitalismo, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos dependentes é a manifestação mais acentuada das crises inerentes ao próprio capitalismo, devido ao vínculo entre capitalismo monopolista e imperialismo, já apontado por Lênin.

Dentro do contexto das relações entre capitalismo monopolista, imperialismo e crise, evidenciado, por exemplo, pelas revoluções socialistas em diferentes regiões do mundo durante o século XX:

[...] as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. [...] ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar e consolidar o capitalismo na periferia (FERNANDES, 1976, p. 294).

A força das burguesias nacionais dependentes, como a burguesia brasileira, é uma força política, marcada pelo controle dos Estados nacionais:

[...] a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias (FERNANDES, 1976, p.294).

Do ponto de vista econômico, a entrada do Brasil no capitalismo monopolista significou um momento de crise para a burguesia brasileira, tendo em vista a maior presença no país de corporações multinacionais, aprofundando o



caráter dependente do capitalismo brasileiro: “[...] é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo” (FERNANDES, 1976, p.219).

A luta contra a possibilidade de uma revolução socialista, evidenciada pela revolução cubana, e a crise gerada pela mudança na situação econômica produziram a necessidade de a burguesia se unificar politicamente, em escala nacional, em torno de um exercício autocrático do poder, manifestando a “[..] sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe” (FERNANDES, 1976, p.295).

A adesão à forma autocrática, ditatorial, de exercício do poder está vinculada ao fortalecimento da solidariedade burguesa em escala nacional (FERNANDES, 1976, p.304 e p.305) e ao abandono definitivo de qualquer intenção de realizar uma revolução nacional-democrática, evidenciado pela retirada do apoio de setores burgueses à política populista (iniciada por Getúlio Vargas), que concedia espaço para a organização dos trabalhadores, ainda que controlada e manipulada pelo Estado, e defendia um processo de industrialização voltado para o crescimento do mercado interno e da presença econômica de empresas brasileiras (públicas e privadas). A revolução burguesa é, desta forma, uma contrarrevolução (FERNANDES, 1976, p.295), uma ação contra a possibilidade de uma revolução nacional-democrática, dentro da ordem capitalista ou contra ela.

O caráter desigual e combinado do capitalismo, que existe em escala mundial, também se faz presente no interior dos países capitalistas dependentes, como o Brasil, cujo padrão de industrialização está baseado em um alto grau de concentração de renda, na existência de fortes desequilíbrios regionais, na drenagem externa de parcela significativa da riqueza produzida, na persistência de formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de trabalho e na depressão do valor do trabalho assalariado (FERNANDES, 1976, p.292).

Trata-se da permanência, agora dentro do contexto do capitalismo monopolista dependente, da combinação entre o arcaico e o moderno, que permite a caracterização do capitalismo brasileiro como um capitalismo “selvagem”, mantido pelo controle repressivo do poder pela burguesia: “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1976, p.293).

No contexto brasileiro, assim como no caso da maioria dos países da América Latina, o controle do poder de forma repressiva e autocrática pela burguesia, dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista dependente, significou a concentração e a militarização do poder:

[...] o vigor adquirido pela aceleração do crescimento econômico e, em particular, pela expansão do capitalismo monopolista não se produziu, especificamente, como puro efeito do desenvolvimento capitalista espontâneo. No momento do impasse, a chave das decisões saiu da esfera do político. A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade” (FERNANDES, 1976, p. 219).

O modo como Florestan Fernandes compreende as relações entre os aspectos econômicos e os aspectos políticos, dentro do contexto do desenvolvimento no Brasil do capitalismo monopolista dependente, reconhecendo o papel decisivo desempenhado pela dimensão política, é mais um exemplo da utilização do método dialético por este autor, já que as relações entre o econômico e o político, ou entre a estrutura e a superestrutura, para usar os termos de Marx presentes no prefácio de *Para a crítica da economia política*, não são concebidas de maneira dogmática e mecanicista, como uma mera relação de subordinação do político ao econômico, que reduz a vida política a um simples reflexo da economia. De acordo com a concepção de Marx, que entende a realidade concreta como “síntese de múltiplas determinações”, Florestan Fernandes chama a atenção para o controle autocrático do poder pela burguesia como uma determinação que é fundamental para a existência do capitalismo no Brasil.

Se não há em Florestan Fernandes uma visão que reduz o político ao econômico, também não há uma autonomização do político: a militarização do Estado não significa uma separação entre a dimensão política (poder estatal) que seria monopolizada pelos militares, e a dimensão econômica e social, onde dominaria a burguesia. É necessária a compreensão de como se dão as relações entre a ocupação do Estado pelos militares e a dominação socioeconômica exercida pela burguesia. Para a efetiva compreensão do capitalismo dependente no Brasil, e da autocracia burguesa, é fundamental o entendimento do significado preciso da militarização do Estado, que se constitui como uma das suas determinações

essenciais, assim como o entendimento também do processo de tecnocratização do Estado, presente igualmente no exercício autocrático do poder pela burguesia no capitalismo monopolista dependente.

A ideia de que as decisões tomadas pelo Estado devem obedecer a critério técnicos, fora do alcance da maioria da população, é um componente essencial do exercício autocrático do poder, e da não concretização da revolução nacional-democrática, atravessando a história brasileira, desde a “Independência”:

O desenvolvimento capitalista é percebido e posto em prática, socialmente, primeiro em termos de dominação estamental, em seguida em termos de dominação de classes, como se ele fosse uma simples *técnica econômica* – e não uma política de alcance nacional, que afeta a totalidade do processo histórico (FERNANDES, 1976, p.223).

A tendência para a redução das decisões políticas a decisões técnicas se efetivou plenamente com a concretização da autocracia burguesa no período da ditadura inaugurada em 1964, quando se constituiu uma tecnocracia que, dentro do contexto da militarização do Estado, concentrou em torno de si, de maneira articulada com os interesses burgueses nacionais e internacionais, as decisões sobre o funcionamento do poder político.

Mas, a concretização plena da tendência para a autocracia burguesa, que atinge seu grau máximo de intensidade com a ditadura militar, não significa, de acordo com Florestan Fernandes (1976, p.275), que essa situação possa se eternizar. O capitalismo monopolista agrava a dependência e o subdesenvolvimento, acentuando a concentração social da riqueza, ao mesmo tempo em que desenvolve a industrialização, gerando um crescimento quantitativo da classe operária e uma ampliação da classe trabalhadora como um todo, devido ao crescimento da divisão social do trabalho. A ação estatal repressiva e a tecnocratização do Estado não são capazes de suprimir os antagonismos e contradições inerentes a uma sociedade de classes; pelo contrário, produzem o seu crescimento.

Em *A revolução burguesa no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1974, Florestan Fernandes já chamava a atenção para a tendência para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores, de modo geral e, em particular, do movimento operário; o que ficou evidenciado, posteriormente, na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980. Devido à industrialização:

De súbito, não é só o poder burguês que se restaura e se recompõe. Simetricamente, o *povo* muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político

dentro da sociedade brasileira. [...] esse é um fato central, que muda, de um golpe, o panorama atual e o futuro da sociedade brasileira. Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não à burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários (FERNANDES, 1976, p. 279).

## Classe Trabalhadora e Revolução Democrática

O fortalecimento da classe operária significou o enfraquecimento da autocracia burguesa, mas também significou a possibilidade de retomada, devido às perspectivas de avanço da revolução democrática, de práticas de manipulação e cooptação dos movimentos dos trabalhadores e das forças de oposição à autocracia.

Florestan Fernandes (1976, p.321) já vislumbrava a possibilidade de o enrijecimento político promovido pela ditadura militar ser transitório. Aconteceria uma tentativa de “institucionalização da contrarrevolução”, como a política de “distensão” indicaria. Desse modo, surge, como uma possibilidade, a existência de práticas de cooptação que ajudariam na dissimulação da autocracia burguesa e, efetivamente, na sua consolidação, com o Estado autocrático assumindo uma aparência constitucional/legal:

[...] a contra-revolução preventiva, que se dissipa ao nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal. É aí que cabem, segundo julgamos, os esforços de “distensão política”[...]. No conjunto, o “avanço democrático” de tais esforços de distensão política apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa, agora em termos de um novo contexto histórico e sob a imperiosa necessidade de criar vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático.

Pode-se concluir, pois, que está em curso uma dupla “abertura”. Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada ou esterilizável; 2) por querer definir o alcance do *poder legítimo excedente*, que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático (FERNANDES, 1976, p.362 e p.363).

Em linhas gerais, a combinação de uma democracia de cooptação com a institucionalização do Estado autocrático foi o que, de fato, aconteceu com a chamada “Nova República”, cujas características principais foram analisadas por Florestan Fernandes no livro *Nova república?*, publicado em 1986.

Desde o começo do texto, ele deixa claro que a “transição democrática” não pode ser confundida com a República Democrática: [...] que está sendo construída como uma resposta dos oprimidos aos nossos problemas históricos (FERNANDES, 1986, p.7). Tendo por base o protagonismo operário, estaria se desenvolvendo o processo histórico da revolução democrática, o que impulsionou a “transição democrática”, considerada por Florestan Fernandes como uma tentativa de se estabelecer um “último e surpreendente refúgio” (1986, p.8) para a ditadura.

O projeto da burguesia e dos militares seria a manutenção do máximo de ditadura possível, sempre de acordo com o objetivo comum de bloquear a revolução nacional-democrática, ou seja, de promover a manutenção dos vínculos entre capitalismo dependente e autocracia burguesa:

A ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse “negativamente” (de uma *perspectiva burguesa*, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista; manter o máximo de ditadura possível, quando esta poderia ser reduzida a pó de traque é, por sua vez, uma forma de “segurar” a revolução nacional e democrática montante, de garantir ritmos lentos, graduais e seguros de *transição política* (um sonho dourado dos militares no poder que os políticos garantiram à perfeição) (FERNANDES, 1986, p.10 e p. 11).

A preservação do máximo de ditadura possível significava a manutenção dos militares como “defensores da ordem”: “O braço militar se desarmaria, continuando, porém, por trás da *presidência*, como uma retaguarda pronta para o ataque se os “inimigos da ordem” chegassem a se erigir em um obstáculo efetivo” (FERNANDES, 1986, p.19).

A institucionalização do Estado autocrático, com a sua incorporação aos mecanismos legais/constitucionais, antecipada por Florestan Fernandes, concretizou-se com a Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, uma vez que:

[...] uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares

estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral (ZAVERRUCHA, 2010, p.45).

O que garantiu as condições políticas para a institucionalização do Estado autocrático foi a retomada da prática da conciliação, elemento essencial da democracia de cooptação. A existência da “Nova República”: “não era uma vitória da democracia, era uma nova derrota do republicanismo e um conchavo descarado [...]” (FERNANDES, 1986, p.19). Tancredo Neves, de acordo com Florestan Fernandes, teve:

A audácia de ir aos últimos extremos para conquistar o poder e a presidência, de agradar a Deus e ao Diabo, e de admitir, para isso, que a política dos fatos consumados crescesse além de todos os limites, tornando impraticável qualquer saída que ultrapassasse a continuidade da ordem existente em sua forma vigente. [...] seduzindo as massas com as palavras e as minorias privilegiadas com as ações (FERNANDES, 1986, p. 19 e p. 20).

A “Nova República” reproduz, de acordo com as características do capitalismo dependente, a tendência para a conciliação, que seria uma “entidade histórica total”:

O capitalismo difícil das nações associadas e periféricas exige soluções específicas para a sua forma peculiar de acumulação capitalista acelerada. A conciliação a partir de cima, pelo topo, ou conservadora, retrata essa situação histórica limite. [...] A conciliação não é, pois, mera contingência histórica ou simples acerto de contas de significado político. Ela é, a um tempo, uma entidade histórica total – econômica, social, cultural e política (FERNANDES, 1986, p.67 e p.68).

Mas, a presença da conciliação na “Nova República” não seria capaz efetivamente de deter o desenvolvimento da revolução democrática, tendo em vista a ampliação da inquietação social. Por outro lado, há o reconhecimento dos limites internos desse desenvolvimento, devido à ausência de uma organização política eficiente:

[...] apesar da miséria, da inquietação social e do desemprego, as massas populares ainda não encontraram os meios de luta política organizada mais eficientes para os seus propósitos: ficam à mercê de envolvimentos que fortalecem os seus adversários e mantêm o *status quo ante* com pequenas modificações (FERNANDES, 1986, p. 23).

A possibilidade de concretização da revolução democrática, que é algo que só a classe trabalhadora pode realizar, depende da articulação entre luta

política e luta ideológica (FERNANDES, 1986, p.89) e da construção de partidos revolucionários:

A experiência nos ensina, hoje, que sem partidos revolucionários não existe revolução. Mesmo as transformações mais ou menos confinadas da revolução dentro da ordem (portanto da reforma capitalista do capitalismo) requerem a presença e a ação organizada de partidos revolucionários dos oprimidos e trabalhadores (FERNANDES, 1986, p.93).

O quanto Florestan Fernandes reconhecia e valorizava a necessidade de uma organização política própria dos trabalhadores fica evidenciado pela sua militância no Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, em seu texto de 1986, ele também reconhecia os riscos de a esquerda sucumbir à democracia de cooptação, passando a identificar a “transição democrática”, promovida pelos militares e pela burguesia, com a revolução democrática:

[...] uma “transição democrática” pura e simples não constitui um novo ponto de partida. Ela mantém a democracia de fachada presa a sete chaves nas mãos do arbítrio, escudado e legitimado pelo “constitucionalismo”, pelo “eleitoralismo” e pelo “parlamentarismo”. [...] Em um momento de ruptura histórica, a *esquerda* precisa definir-se sem ambiguidades. Com quem ela está? A quem pretende servir? É possível (e necessário) lutar contra o imperialismo sem lutar contra a sufocação da revolução nacional e democrática?

O “entrismo” e a cooptação dissimulada sob o véu do democratismo constituem formas reais de corrupção política (FERNANDES, 1986, p.89).

Em um texto de 1991 sobre o PT, Florestan Fernandes chama a atenção para a incapacidade de o partido aproveitar as potencialidades de ações coletivas contra a ordem e a sua subordinação imediatista às “eleições ritualizadas”:

O partido não tenta aproveitar politicamente as potencialidades do comportamento coletivo e permite que ele se dissipe nos fins institucionalizados e regulados pela ordem, no plano da representação e das eleições ritualizadas. Tampouco lhe infunde uma duração permanente e conteúdos ideológicos contra a ordem, restringindo-se a colher os frutos das mobilizações mais imediatistas. Atitudes e comportamentos coletivos, que convergem para a negação da ordem, acabam escapando entre os dedos dos dirigentes, como se eles temessem “perder o controle das massas” (por estarem conscientes das limitações organizativas do partido) e as irrupções virulentamente defensivas dos de cima, cujo ódio se abateria destrutivamente sobre o PT (FERNANDES, 1991, p. 76 e p. 77).

## Capitalismo Dependente e Fascismo

Infelizmente Florestan Fernandes não viveu o suficiente para ver o PT ocupando a presidência da República, com os governos de Lula e Dilma Rousseff, para poder avaliar se a incapacidade de lutar contra a “sufocação da revolução nacional e democrática” teria se transformado em ações de sufocação dessa revolução, com a adesão à democracia de cooptação e suas práticas de conciliação. No entanto, esta é a interpretação sobre o PT no poder, de pesquisadores que dialogam com a visão de Florestan sobre a autocracia burguesa no Brasil, como Anderson Deo:

Incapaz de reproduzir de forma direta a sua dominação, a burguesia recorre a um ex-operário para exercer o papel de líder, que foi o responsável pela manipulação das classes subalternas, ao mesmo tempo em que realiza um governo de acordo com os interesses do capital. Eis a fórmula pela qual a autocracia burguesa se reproduz no Brasil em períodos de legalidade [...] (DEO, 2014, p.330).

Mesmo um pesquisador como André Singer, que não se identifica com o paradigma teórico da sociologia crítica de Florestan Fernandes, e não compartilha da vinculação entre os governos do PT e a adesão ao neoliberalismo, argumenta que os governos petistas praticaram um “reformismo fraco”, voltado para o crescimento do mercado interno mediante políticas de redistribuição de renda, dialogando com a mentalidade conservadora do “subproletariado”, não representando, portanto, nenhuma ameaça à ordem (SINGER, 2012).

Mas, se os governos petistas no máximo praticaram um “reformismo fraco”, como explicar que, mesmo assim, foram alvo do “ódio destrutivo dos de cima” e de um golpe de Estado que os expulsou do poder e abriu caminho para um governo com inclinações fascistas? Para responder esta questão, é fundamental recorrermos ao argumento de Florestan Fernandes presente, por exemplo, no livro *Nova república?* a respeito da identificação pelas classes dominantes brasileiras de reforma com revolução:

[...] percebem a reforma como a ponta visível da revolução, como se o todo fosse um *iceberg* muito perigoso. A filosofia consiste em não conceder nada de essencial, pois “quem cede em um ponto cede em todos”. O liame entre reforma e revolução fica feito, portanto, pelos de cima (FERNANDES, 1986, p.61).

A identificação burguesa da reforma com a revolução está vinculada ao medo das classes trabalhadoras vistas como “um terrível barril de pólvora” (FERNANDES, 1986, p.60) já que estão submetidas, dentro do contexto do



capitalismo dependente, a um alto grau de exploração, devendo produzir um excedente econômico a ser apropriado simultaneamente pela burguesia nacional e pela burguesia internacional (FERNANDES, 1986, p.60).

A atual crise do capitalismo, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, aumentou o temor burguês da explosão do “barril de pólvora” e a identificação entre reforma e revolução, tendo em vista a necessidade de manutenção das altas taxas de exploração econômica, como se percebe pelo avanço na desregulamentação trabalhista, com a retirada de direitos dos trabalhadores, promovida após o golpe de 2016. Dentro desse contexto, a burguesia optou por aumentar a presença de formas mais explícitas da sua ditadura de classe, mas ainda não aconteceu um abandono total da dissimulação da autocracia: o golpe de 2016 assumiu a aparência de um afastamento legal de Dilma Rousseff do poder, mediante um processo de Impeachment, e o atual presidente da República (um representante da extrema-direita militar) foi eleito.

A presença, no atual governo, do militarismo e da tecnocracia (cujo representante mais evidente é o ministro Paulo Guedes) faz com que seja indispensável um diálogo com a visão de Florestan Fernandes (1981) acerca das relações entre capitalismo dependente e fascismo. Para ele (1981, p. 15), a militarização e a tecnocratização do Estado capitalista seriam manifestações contemporâneas (trata-se de um texto escrito em 1971) do fascismo. A dialética entre o universal, o particular e o singular está presente na maneira como ele compreende o fascismo dependente na América Latina: um caso particular de fascismo, composto por diferentes manifestações singulares, de acordo com o grau de desenvolvimento capitalista dos vários países.

Na América Latina, o fascismo “[...] pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa” (FERNANDES, 1981, p.17). No contexto brasileiro, que possuiria pontos em comum com a Argentina, o fascismo dependente estaria vinculado ao processo de desenvolvimento da industrialização (FERNANDES, 1981, p.19).

O fascismo dependente é um elemento essencial da autocracia burguesa, sua presença é mais explícita ou mais dissimulada, de acordo com as formas de manifestação do poder burguês:

Portanto, um totalitarismo de classe produz seu próprio tipo de fascismo, que é difuso (e não sistemático), que é fluido (e não concentrado), em suma que tem seu nexos especificamente político *dentro do Estado e do Governo*, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder *no seio da sociedade* (FERNANDES, 1981, p.21).

Tomando por base os argumentos de Florestan Fernandes sobre o fascismo dependente, podemos interpretar o atual governo brasileiro como um governo que procura aumentar a presença dos aspectos fascistas, preservados pela “Nova República”, no exercício do poder no Estado, mas também na sociedade, promovendo assim um encaminhamento para formas cada vez mais explícitas da autocracia burguesa. Trata-se da retomada do projeto de poder da extrema-direita militar, que se opôs à “transição democrática”.

Na década de 1980, como analisou Florestan Fernandes (1986, p.55 e p. 56), setores majoritários da classe dominante brasileira apoiaram o retorno à forma dissimulada da autocracia burguesa, ao invés do seu aprofundamento, que resultaria na maior presença do fascismo. Em 2016, a classe dominante se unificou, assim como em 1964, em torno do golpe e posteriormente da ascensão do atual presidente ao poder. Em 2022, tudo indica que está acontecendo, novamente, uma divisão da classe dominante, mas os seus setores mais importantes parecem estar de acordo com o não aprofundamento do fascismo.

Infelizmente, como a conjuntura de 2022 indica, parece que a sociedade brasileira não consegue romper o círculo vicioso que, dentro do contexto do capitalismo monopolista dependente, reduz a luta política à opção por formas mais ou menos dissimuladas de autocracia burguesa e de fascismo. Evidentemente, do ponto de vista da possibilidade de uma retomada do desenvolvimento da revolução democrática e da revolução nacional, ou seja, da perspectiva da luta dos trabalhadores, é preferível a existência de graus menores de autocracia e fascismo.

As correntes majoritárias da esquerda brasileira estão comprometidas com a democracia de cooptação e com as práticas de conciliação, como fica evidenciado pela composição da chapa que parece reunir as melhores condições para derrotar nas urnas o atual presidente. A possibilidade de retomada do processo de desenvolvimento da revolução nacional-democrática, que depende do avanço da organização política e ideológica dos trabalhadores, parece ser algo que não está no horizonte. Até quando?

## Referências

DEO, Anderson. Uma transição *à long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p.303-330.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Segunda Edição, 1976.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.13-37.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Segunda Edição, 1986.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

LENINE, Vladimir I. **Imperialismo, estágio supremo do capitalismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.107-263.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.41-76.